



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



**DESPACHO nº 295/2010 – SAD/CTI/DPF**

**DATA: 19/11/2010**

**PROTOCOLO: 08206.001558/2010-98**

**ASSUNTO: Aquisição de material permanente de TI para todas as unidades do DPF**

**INTERESSADO: DINF/CTI**

**DESPACHO:**

- I. Trata-se de processo para aquisição de material permanente para as diversas unidades da Polícia Federal.
- II. Através do parecer de fls. 102/105 a Assessoria Jurídica deste DPF apresentou recomendações ao processo.
- III. À exceção do tópico justificado abaixo, as recomendações da AJ/DPF foram integralmente atendidas:

**A) “Não consta dos autos pedido de reserva de crédito orçamentário”**

De fato a Lei de Licitações e Contratos exige a necessidade de previsão orçamentária para a realização do certame licitatório. No entanto, no âmbito do SRP isto não ocorre, pois esta tem caráter de pretensão futura de compra, não obrigando a administração à sua contratação. No sistema de registro de preços, somente será necessária a declaração orçamentária antes da assinatura do contrato. Neste sentido, inclusive, é o entendimento da própria Advocacia Geral da União, externado na orientação normativa nº 20 de 1º de abril de 2009:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 10 DE ABRIL DE 2009:  
“NA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, A INDICAÇÃO  
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA É EXIGÍVEL APENAS ANTES DA  
ASSINATURA DO CONTRATO.”

No mesmo sentido é o entendimento do TCU, conforme consta nos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Acórdãos nº 3.146/2004 – Primeira Câmara e nº 1.279/2008 – Plenário.

- IV. Ressalta-se que a aquisição visa atender às diversas unidades gestoras da Polícia Federal, tendo-se optado pela licitação centralizada para obter melhores preços e garantir a padronização do parque. No entanto, a emissão de nota de empenho e a contratação serão realizados por cada unidade gestora.
- V. Diante do exposto, determino a remessa dos autos ao Coordenador de Tecnologia da Informação, solicitando autorização para prosseguimento do certame.

**VALDECY URQUIZA JUNIOR**

Delegado de Polícia Federal  
2ª classe / matrícula 15.861

**DESPACHO**

19/11/2010

De acordo. Ao SADCTI/DPF para providências.

**JOSÉ LUIZ POVILL DE SOUZA**

Delegado de Polícia Federal  
Coordenador de Tecnologia da Informação